

O Imperialismo em *O Coração das Trevas*: a descrença no capitalismo com instância do progresso.

Imperialism in the *Heart of Darkness*: The Disbelief in Capitalism as Instance of Progress.

Alfredo Ricardo Silva Lopes*

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar, através da interface entre História e Literatura, a representação do Imperialismo europeu na virada do século XIX para o XX. Neste caminho, a obra *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, se mostra sintomática, tanto para descrever a violência das práticas imperiais, quanto para simbolizar o desencanto na crença do progresso da civilização como resultado do avanço do capitalismo.

Palavras-chave: Ensino de História; Ficção e História; Imperialismo; *O Coração das Trevas*.

Abstract: The present work aims to analyze, through the interface between History and Literature, the representation of European Imperialism at the turn of the 19th century to the 20th. In this way, Joseph Conrad's *The Heart of Darkness* shows itself symptomatic, not only to describe the violence of imperial practices, but also to symbolize disenchantment in the belief in the progress of civilization as a result of capitalism advance.

Keywords: Imperialism; Teaching History; *Heart of Darkness*.

O artigo busca, pela interface entre História e Literatura, discutir o Imperialismo do século XIX como um momento de recrudescimento do domínio europeu sobre os territórios controlados. Nesse caminho, a literatura europeia ofereceu subsídios culturais que legitimaram tal dominação. *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, foi entendido em suas primeiras leituras como uma obra que referendava a visão sobre a dominação de outros povos, especialmente os africanos, contudo novas interpretações evidenciam a

* Doutor em História e Professor na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

obra como sintomática da descrença na ideia do progresso civilizacional como fruto do espraiamento do capitalismo.

A estratégia do uso da Literatura como fonte histórica é fruto da percepção da dificuldade dos alunos assimilarem os conteúdos abstratos, que tangenciam a realidade dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, o uso pedagógico da literatura em sala de aula auxilia na produção de uma aprendizagem significativa na disciplina de História Contemporânea.

O uso da Literatura não é respaldado apenas pela intencionalidade pedagógica. Uma das preocupações centrais da atividade estava em promover o reencontro do prazer da leitura. Muitos alunos de graduação mergulham apenas nas leituras dirigidas das disciplinas da Graduação em História. A estratégia se mostrou proveitosa, depois que os alunos empreenderam a dinâmica de leitura, e o aproveitamento foi sendo cada vez mais progressivo. Rildo Cosson (2014) destaca que o valor do letramento literário como instrumento de para leitura da realidade, produzindo um leitor cuja competência ultrapasse a mera decodificação de textos.

A atualidade de *O Coração das Trevas* pode ser comprovada ao longo de suas páginas. Os alunos debruçaram-se sobre o livro e no final do semestre organizaram uma apresentação sobre sua historicidade, a composição das personagens, a dinâmica narrativa e as possíveis formas de ler e compreender o romance. Ao longo do semestre, textos sobre o conteúdo do curso de História Contemporânea I foram ministrados em sala de aula dialogando com o conteúdo da narrativa. Assim, sempre que o conteúdo apresentava relações com o romance selecionado, os próprios alunos teciam suas considerações e produziam vínculos entre a narrativa histórica e a narrativa literária. Dessa forma, o trabalho foi estruturado de modo a inicialmente discutir o Imperialismo retratado no romance de Joseph Conrad e posteriormente foi trazida a discussão sobre as noções de tempo e as representações de aceleração do tempo produzidas pela inserção do capitalismo na África contidas na obra.

O Imperialismo é entendido nesse trabalho como um processo violento, produtor de uma homogeneidade na representação do tempo. Em *O Coração das Trevas*, fica clara a diferença entre a Civilização Europeia e seu culto ao progresso da vida “pré-histórica” (sic) na África bárbara. Nesse caminho, a

noção de consciência histórica proposta por Jörn Rüsen se mostra útil como forma de pensar as relações dos indivíduos com o tempo, a partir da proposta de que tal consciência enraíza-se nas mais diversas formas de historicidade produzidas pela vida humana (RÜSEN, 2001, p. 78). Assim, *O Coração das Trevas*, escrito na virada do século XIX para o XX, pode ser usado para perceber a descrença do narrador/personagem Marlow como sintomática de uma crise no pensamento utópico fundado na crença do progresso.

Como destaca Marcos Napolitano, a definição do que seria a História Contemporânea foi produzida ao longo do século XIX na França, que se valia da Revolução Francesa para definir os marcos temporais da história da humanidade (2010). Com a transformação do Ensino de História ao longo do século XX, a fronteira temporal de onde terminaria essa História Contemporânea se tornava cada vez menos clara com o que viria depois, que poderia ser “História Imediata” ou “História do Tempo Presente”. O presente artigo não se atém a esses condicionantes temporais por usar como base na sua problematização o Imperialismo europeu, que se desenvolveu no século XIX, mas persistiu, especialmente na África, até a década de 1970.

Ao partir da perspectiva de que o Ensino de História deve ter por objetivo orientar a vida prática, Jörn Rüsen defende uma relação mais orgânica e constante entre conhecimento histórico e o Ensino de História institucionalizado. No qual, a vida cotidiana dos seres humanos deve orientar a produção do conhecimento histórico e as estratégias adotadas para fazer com que esse conhecimento chegue até os educandos (RÜSEN, 2011). Para Rüsen, é importante que o ensino estabeleça uma conexão dinâmica entre experiência temporal e os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Em tal perspectiva, a História como ciência não está deslocada de seu tempo, e olha para o passado com os olhos do presente, a fim de oferecer orientações ao futuro. Nesse caminho, a preocupação central na discussão sobre o Imperialismo embasa as desigualdades econômicas entre os países ao longo dos últimos séculos.

O lugar e a função do conhecimento histórico no cotidiano escolar são discutidos por Selva Guimarães no intuito de problematizar a formação de cidadãos nas sociedades democráticas (2016). A complexidade da noção de cidadania é debatida pela pesquisadora do Ensino de História, e Guimarães conscientemente não produz uma definição exata do que seria cidadania, isso

ocorre pelas constantes transformações do termo, pois, à medida que novas mudanças sociais ocorrem, a noção vai se transformando. O que permanece constante é necessidade de discutir em sala de aula os temas candentes da vida política da sociedade para a produção de sujeitos críticos.

Na busca pela formação do educando em suas múltiplas dimensões, a interdisciplinaridade e a transversalidade têm papéis centrais. Edgar Morin explica que a atitude de fracionar problemas, separar objetos de seu meio e não reunir aquilo que faz parte de um todo, comum no sistema de ensino, torna os indivíduos incapazes de pensar multidimensionalmente (2002). O grande desafio para a educação do Século XXI está em desestruturar o modelo cartesiano de separação e encapsulamento da realidade e encarar a realidade de forma global, transnacional, multidisciplinar e transversal (MORIN, 2002, 14).

A interdisciplinaridade emerge neste caso como uma das estratégias possíveis para integração de conteúdos e metodologias diferentes que se propõem a trabalhar conjuntamente determinados temas. Neste caso, “não há uma fusão e justaposição, mas uma ‘interpenetração’ de conceitos, problemas, temas e metodologias” (GUIMARÃES, 2012, p. 171). A inter-relação de disciplinas como História e Literatura se mostra basilar para discussão mais aprofundada sobre a condição humana na contemporaneidade.

O uso da literatura como fonte não causa estranheza aos historiadores que vão sendo formados na atualidade, contudo nem sempre foi assim. A História dita Tradicional fundamentava a pesquisa histórica exclusivamente no uso de fontes chamadas ao longo do século XIX de oficiais. A prática historiográfica se resumia a deixar as fontes “falarem por elas mesmas”, pois não cabia ao historiador profanar o passado que emanava dos documentos produzidos por instituições consagradas. Tal prática foi revista logo no começo do século XX pelo grupo de historiadores que gravitava ao redor da Revista dos *Annales*; para esse conjunto de pesquisadores a fonte nunca “falava por ela mesma”, mas, sim, respondia às perguntas e intencionalidades dos historiadores. Desta forma, desfez-se a crença da possibilidade de uma história imparcial e plenamente científica, nos moldes instituídos pelo que o século XIX entendia por ciência. Nesse contexto, também se iniciava um alargamento na noção do que seria uma fonte histórica, os vestígios do passado passaram a ser entendidos enquanto fonte de uma forma geral e passou a caber ao historiador

um maior conhecimento das outras disciplinas do conhecimento para conseguir produzir uma crítica às fontes que olhasse para o passado para ver mais do que grandes homens e a História Política dos Estados-nações.

Para Jaques Le Goff, historiador da terceira geração da Revista dos *Annales*, todo documento histórico precisa ser analisado sobre a lógica monumental. Os monumentos são popularmente conhecidos por aglutinarem intencionalidades daqueles que os constroem; nesse caminho, Le Goff enfatiza que toda e qualquer fonte histórica é fruto da sociedade que a fabricou e por isso precisa ser monumentalizada para ser melhor compreendida em seu contexto (1990). Na lógica de que todo documento é um monumento, a literatura é encarada como registro cultural de uma determinada conjuntura histórica.

As contribuições de Antonio Candido para a interface entre crítica literária e sociologia dialogam fortemente na sua análise literária. Para Candido, o elemento histórico social não é determinista na produção das obras literárias, diferente do que muitos críticos literários de base materialista afirmavam; contudo, a obra não pode se esquivar do contato com a realidade social, assim, obra-contexto-autor delimitam-se mutuamente e balizam suas próprias significações e ressignificações (2006). Não se trata, contudo, de definir que o valor de uma obra literária reside unicamente na sua capacidade de retratar a conjuntura em que foi produzida, tampouco defender a importância dos escritos com base unicamente nas operações formais postas em jogo, conferindo uma excepcionalidade que a torna independente de qualquer condicionamento. O caminho para a análise em questão reside na dupla possibilidade de valoração da obra em estudo (CANDIDO, 2006, p. 12).

Ainda, segundo Antonio Candido, o externo importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura narrativa, tornando-se, portanto, interno (CANDIDO, 2006). A relação d'*O Coração das Trevas* com seu contexto de produção é importante para o entendimento das leituras realizadas logo depois de sua publicação. O livro, escrito em 1899, conta a trajetória de Marlow, que, ao entrar para uma empresa que comercializava o marfim da África, tem por missão devolver à civilização o maior dos agentes da empresa, que está preso na Selva. Apesar da narrativa de Conrad não situar exatamente a localização de Lurtz, o agente perdido, como destaca Jonah Raskin (1967), as primeiras leituras

vincularam os acontecimentos relatados no livro à campanha imperialista de Leopoldo II, rei da Bélgica.

Apesar de relatar as atrocidades realizadas pela entrada do capitalismo no continente Africano, a narrativa constantemente desumaniza os africanos, que são bestializados em comparação aos agentes da civilização europeia, portadores do progresso. Mary Louise Pratt evidencia, através da análise de relatos de viagem, que a desumanização dos africanos era uma das estratégias para legitimar a ocupação das terras pelos agentes e imigrantes europeus, “legítimos seres humanos[sic]”. Nessa consciência planetária produzida pelos viajantes europeus, especialmente a partir do século XVIII, a bestialização dos indivíduos legitimava tanto a tutela das nações e corpos pelos europeus, quanto a ocupação do território e apropriação dos recursos naturais que serviam de base para expansão do capitalismo (PRATT, 1999).

O romance de Conrad se mostra fértil como instrumento para uma compreensão mais apurada do imperialismo, pois estrutura o ideal de dominação em uma das bases da civilização ocidental, o Império Romano. No início do romance, Marlow conta aos seus companheiros, a bordo do *Nellie*, ancorado no Tâmis, perto de Gravesend, Inglaterra, os fatos que o levaram a se tornar capitão de um barco a vapor, a serviço de uma companhia de comércio de marfim. Naquele momento, o personagem/narrador, ao evocar as memórias para sua história, relaciona os europeus do final do século XIX aos romanos da antiguidade por sua eficiência na conquista através da força (CONRAD, 1999, p. 11).

Para Marlow, a diferença entre luz e escuridão que vai surgindo ao longo da narrativa tem uma relação direta com conhecimento e ignorância. Ao citar os romanos, explica que tateavam na escuridão, ao aludir que o desconhecido pela civilização europeia é representado pela falta de luz. Seguindo a narrativa, surge a justificativa pela conquista que no primeiro momento é legitimada pela diferenciação biológica, mas que tem seu fundo cultural:

[...] A conquista da terra, o que na maior parte significa tirá-la daqueles que tem uma fisionomia diferente ou narizes ligeiramente mais achatados do que os nossos não é uma coisa bonita quando você olha demais para ela. O que a redime é somente a ideia. Uma ideia que está por trás; não uma pretensão sentimental, mas uma ideia, e uma crença não egoísta na ideia – algo que pode se erguer, para depois se curvar diante e oferecer um sacrifício. (CONRAD, 1999, p. 11).

Para o historiador Eric Hobsbawm, a definição do Imperialismo vem da análise de Lenin, que em 1916 apresentou sua primeira versão de *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Tal análise explica o imperialismo como produtor da Primeira Guerra Mundial, quando as nações encarnavam a sobrevivência das indústrias privadas. Neste sentido, o que Hobsbawm chama inicialmente de "novo imperialismo" foi o sub-produto de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880 (HOBSBAWM, 2014, p. 459). Desta forma, o historiador adverte, em confronto a interpretações culturalizantes, que a tentativa de formular uma explicação puramente não econômica para o imperialismo é irrealista, contudo não descarta os elementos culturais que dão força à leitura econômica (HOBSBAWM, 2014, p. 52). Apesar do entendimento de Hobsbawm, quando o romance foi escrito por Conrad, em 1899, a compreensão que dominava a sociedade europeia era a cultural, especialmente aquela que entendia a anexação de territórios na África e Ásia como uma das missões da civilização que se entendia como a mais avançada do planeta.

Segundo Immanuel Wallerstein, as práticas imperialistas despontam como resultado do capitalismo liberal estruturado no século XVIII. O economista defende que o capitalismo liberal se diferencia das outras formas de acumulação de capital historicamente produzidas, pois, a partir desse momento o capital passa a ser usado para sua auto-expansão. Anteriormente, na prática Metalista ao longo da era Moderna, a preocupação estatal residia na acumulação de metais, a pujança econômica de um Estado era definida pela balança comercial favorável (2001).

O capitalismo histórico analisado por Wallerstein é produto de uma ampla mercantilização de processos – não só de troca, mas também de produção e investimento – antes conduzidos por vias não mercantis, tal desenvolvimento gerou o impulso para mercantilização de tudo (2001). Contudo, nesse processo emergiram contradições internas; da ânsia pela redução dos custos de produção para aumento da acumulação de capital, decorria um aumento da concentração desse capital e, por conseguinte, desigualdade social. A segunda contradição interna despontava na medida em

que mais capital se acumulava, mais os processos se tornavam mercantilizados e mais mercadorias eram produzidas, para garantir esse fluxo era necessário manter o número crescente de compradores (WALLERSTEIN, 2001, p. 27). Desta forma, a própria essência do capitalismo liberal impulsionava a desigualdade econômica entre as potências europeias e impulsionava a anexação de novos mercados consumidores e recursos naturais de fora da Europa.

Cyro Rezende explica que, a prática imperialista surge em virtude das crises econômicas da segunda metade do século XIX. Para o historiador econômico, a busca pela anexação de áreas, até então, exteriores ao sistema capitalista teve como consequência a melhora das condições de vida no que Rezende chama de área central do sistema capitalista, notadamente Europa Ocidental, Estados Unidos e, no final do XIX, o Japão (1992). Assim, produzia-se também um imperialismo social que, nas palavras do diplomata imperialista Cecil Rhodes, era necessário para evitar que uma guerra civil eclodisse na Europa (REZENDE, 1992, p.163).

Ao estudar os pressupostos imperialistas que continua influenciando a política na atualidade, Edward Said (2011) evidencia a literatura europeia como um dos mecanismos para produzir um modelo geral de cultura imperial. O romance emerge como objeto estético produtor de sociabilidades e percepções da sociedade capitalista em expansão. Robinson Crusoe, por exemplo, é entendido por Said como protótipo do romance moderno, uma narrativa que “trata de um europeu que cria um feudo para si mesmo numa distante ilha não europeia” (SAID, 2011, p.12).

Edward Said defende uma relação profícua entre História e Literatura. O papel da narração como procedimento humano por excelência desponta como instrumento para análise sobre o imperialismo, uma vez que “as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo” (SAID, 2011, p.14). O autor também acredita que a narrativa também conta sobre o narrador, *O Coração das Trevas* não se limita a um relato das aventuras do narrador/personagem, é também uma dramatização das experiências do próprio autor, um expatriado polonês, no mundo imperial.

Na avaliação de Said, o livro de Conrad é representativo para se compreender as relações e percepções coloniais, justamente por não conseguir

ir além da postura do conquistador. O Coração das Trevas “é uma obra que funciona tão bem porque sua política e sua estética são, por assim dizer, imperialistas” (SAID, 2011, p.46). As experiências do outro, não cabíveis de compreensão do narrador, tornou inconcebíveis e/ou eliminou os nativos da história.

No momento em que O Coração das Trevas foi escrito em 1899 a crítica às práticas imperialistas ainda eram incipientes. A crença na propagação do modelo civilizatório universalista europeu como trabalho pelo progresso coletivo da humanidade se fazia muito presente na obra de Conrad. Quando o personagem/narrador narra sua chegada à companhia de comércio por intermédio da sua tia, não reflete que a sociedade do *self made man*¹ ainda mantinha vínculos com as práticas sociais do Antigo Regime. Apesar de narrar sua tarefa/missão de resgatar maior agente de comércio que empresa já teve, não percebe que essa incumbência só lhe foi entregue pelos contatos da tia, não por mérito próprio. Ao descrever Kurtz começa a desenhar o homem ideal europeu que, segundo lhe contaram, chegara ao topo da organização apenas pelos seus princípios morais e suas ações. Tendo Kurtz como modelo a ser seguido, mostrava-se realmente entusiasmado com a possibilidade de trabalhar na companhia:

Parecia, no entanto, que eu era um dos Trabalhadores, com letra maiúscula – os senhores entendem. Algo como um emissário da luz, algo como um tipo inferior de apóstolo[...] a arrancar ignorantes dos seus costumes. (CONRAD, 1999, 22).

A crença no progresso por meio do espraiamento da cultura europeia, baseada na ideia de que o comércio humanizaria as sociedades bárbaras (CONRAD, 1999, 62) ditava a dinâmica das relações sociais nas áreas periféricas do capitalismo mundializado. O que se percebe nesse momento é uma necessidade de aceleração do tempo no mundo bárbaro, tempo esse que seria acelerado através da inserção do modo de vida europeu que garantiria escalada civilizacional que as áreas dominadas tanto precisavam. A economia capitalista era levada à África e à Ásia como a mola propulsora do progresso, que se

¹ Homem que faz a si mesmo (tradução livre). Conforme as crenças liberais meritocráticas defendidas pelos burgueses, todos homens são iguais na busca de sua auto-realização. Diferentemente da sociedade do Antigo Regime, onde o mercado e a possibilidade de enriquecimento cabia apenas aos bem nascidos.

materializava nos produtos industrializados que chegavam aos ávidos novos compradores.

Nesse caminho, a noção de consciência histórica proposta por Jörn Rüsen se mostra útil como forma de pensar e tentar entender as relações dos indivíduos com o tempo, tal consciência enraíza-se nas mais diversas formas de relação com o tempo e a História produzidas pela vida humana (RÜSEN, 2001, p. 78). O que pode ser percebido na análise do ideário imperialista é uma tentativa de transformação e homogeneização em escala global das mais diversas formas de compreender a passagem do tempo, pois era justamente esse processo que legitimava as práticas imperiais descritas mais a frente. Antonio Candido defende que não se pode usar a realidade exterior para definir completamente uma obra, pois corre o risco de uma simplificação causal, contudo o sociólogo e crítico literário assinala que correr para longe dos fatores sociais é mais perigo ainda (2006, p. 22).

Conrad tratou de enfatizar ao longo de toda narrativa as diferenças culturais entre os europeus e africanos. O ponto chave dessa discriminação residia na percepção europeia de seu próprio avanço civilizacional, materializado pelo progresso imanente. Marlow no começo da obra explica: “De qualquer forma, parece que a causa do progresso não tinha levado a melhor sobre eles (os africanos)” (CONRAD, 1999, 17). A percepção de díspares temporalidades fica evidente quando o narrador/personagem se despe do ideário europeu e é arrebatado pela força do ambiente em que se encontra.

Havia momentos quando o passado retornava, como algumas vezes acontece quando não se tem um momento dedicado só para nós, mas surgia na forma de um sonho agitado e barulhento, lembrado com espanto entre a estupefante realidade deste estranho mundo de plantas, água e silêncio. E esta imobilidade de vida não se assemelhava, contudo, a qualquer indício de paz. Era a quietude de uma força implacável meditando sobre uma intenção inescrutável. Ela o encarava com uma aparência vingativa (CONRAD, 1999, 17).

Nesse mundo barulhento e agitado emerge a visão contrastante de um passado imóvel e silencioso. Curiosamente adjetivos contraditórios são usados para definir o atraso do mundo não-europeu, um mundo parece paralisado apenas para aquele que não consegue perceber as transformações do mundo natural e os conhecimentos locais produzidos para interagir com o ambiente. Aquele mundo vibrante só podia ser passado e atraso, porque não era a Europa.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender que cada cultura produz uma forma peculiar de compreender a passagem do tempo. Na abordagem de François Hartog, os regimes de historicidade são as compreensões de diferentes ordens e formas de percepção do tempo. Em *Regimes de Historicidade* (2013), demonstra que tais maneiras de conceber o tempo variam entre lugares e épocas. Apesar de o historiador produzir esse conceito para endossar a ideia de um presentismo fortemente influenciado pela aceleração do tempo, o regime de historicidade pode ser utilizado de uma forma mais ampla para engrenar diversas concepções de passado, presente e futuro (HARTOG, 2015, p. 11).

Destaca-se ainda, que no conceito de regime de historicidade relaciona-se com o tempo exógeno e objetivo, um tempo da astronomia, entretanto o conceito de Hartog não se baseia em uma realidade dada, mas especialmente nas estruturas produzidas pelas sociedades nas mais diversas culturas para compreender a passagem do tempo. Este conceito é uma ferramenta para compreender as definições de tempo e suas consequências sociais (HARTOG, 2015, p. 11).

Partindo de diversas experiências de tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise no tempo, aqui e lá, quando vem justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (HARTOG, 2015, p. 37).

O que ocorre na viagem de Marlow é um confronto constante entre a forma de compreender a passagem do tempo pautada no ideal europeu e um universo desconhecido.

Nós penetramos cada vez mais, para o fundo, para dentro do coração das trevas. Lá tudo era muito quieto. Durante a noite, algumas vezes, o rufar dos tambores por detrás da cortina de árvores corria rio acima e permanecia prolongadamente e bem fraco, como se flutuasse no ar sobre as nossas cabeças até os primeiros momentos da aurora. Se aquilo significava guerra, paz ou alguma forma de oração, não podíamos dizer. As auroras eram anunciadas pelo cair de uma quietude fria; os lenhadores dormiam, como o fogo baixo das lareiras; o estalido de um pequeno galho faria com que vocês se sobressaltassem. Nós estávamos vagando por uma terra pré-histórica, sobre uma terra que se apresentava com o aspecto de um planeta desconhecido (CONRAD, 1999, 17).

Novamente a falta de conhecimento sobre o ambiente surge como veio da narrativa que assenta na pre-história, na falta da escrita, o marco para estabelecer uma cronologia que desvalorizasse a condição dos nativos. Segundo

José Carlos Reis, a hipocrisia iluminista repousava sobre a necessidade da imposição do regime de historicidade amparado na noção de progresso que corrobora com a ideia de uma aceleração acumulativa, infinita e benéfica (2006, p. 45).

A virada na forma de Marlow compreender a empreitada imperial europeia na África se dá quando o personagem/narrador finalmente encontra o idealizado agente de comércio Kurtz e tenta trazê-lo de volta. Na economia narrativa do livro, isso se dá depois de perpassar dois terços do enredo e, a partir, desse ponto surgem as verdadeiras trevas descritas no título. No primeiro momento, Kurtz ainda é descrito por Marlow como nos moldes das ideias que legitimavam a viagem de resgate como um “(...) o homem que preenchia sua vida, ocupava seus pensamentos, comandava suas emoções” (CONRAD, 1999, 106). Aqui o homem que conhece a si mesmo e é livre, justamente, por que faz uso da razão continuamente. Contudo, a medida que Marlow passa a conhecer o acampamento e as práticas comerciais do maior agente da companhia uma nova descrição passa a surgir.

A primeira surpresa vem dos arredores da casa de Kurtz, quando vê cabeças humanas enfiadas em lanças e colocadas ao redor da casa (CONRAD, 1999, 110). Marlow começa a deduzir que aquilo teria feito o posto deixar de ser produtivo. A adjetivação usada pelo narrador vai deixando de ligar o indivíduo Kurtz à entidade anteriormente idealizada. Tal idealização que fez com que Marlow se mantivesse fiel à sua tarefa de resgatar Kurtz, no entanto quando o marinheiro e comandante do barco descobre que foi Kurtz que ordenou um ataque realizado pelos nativos ao vapor, o narrador passa a entender que aquele não era mais o agente que havia saído da Europa anos atrás, ele deixava de ser europeu por, nas palavras, de Marlow “abdicar do uso da razão” (CONRAD, 1999, 119).

Ao deixar claro que odiava a ideia de ser levado embora, Kurtz confia que algo grandioso está para ser feito na selva (CONRAD, 1999, 120). O agente, que antes personificava o ideal do comerciante que fazia de tudo para efetivar o lucro, agora aparece como vacilante e obscuro, contudo antes mesmo do narrador poder entender o que Kurtz tramava, o acampamento é atacado e o agente mortalmente ferido. Insegurança, medo e dúvida são trazidos para o centro da narrativa, na percepção de Marlow diante de um mundo a ser

transformado pela força da civilização e do comércio a finitude da vida humana se mostra mais forte que as crenças e anseios humanos (CONRAD, 1999, 131). O ápice da decepção na trama é traduzida pela passagem em que Marlow permanece jantando quando chega a notícia da morte de Kurtz (CONRAD, 1999, 133). Para a memória do agente de comércio idealizado pelo narrador, não fazia sentido participar dos ritos funerários que os nativos do acampamento realizavam. A morte surge na narrativa como uma forma de esconder aquele homem europeu dominado pela selva e, por isso, destruía toda a idealização produzida pelo narrador para sentido à sua jornada.

Como Kurtz morreu? Não importa. O agente vencido pela selva colocava em xeque toda a crença no ideal civilizatório que legitimava a extração do marfim, o comércio e as práticas europeias de dominação imperialista. De volta à Europa, Marlow decide se manter fiel ao que chama de memória de Kurtz (CONRAD, 1999, 133), na verdade a fidelidade do narrador se encontra com a idealização produzida por todos aqueles que sabiam do trabalho de Kurtz. O sintomático Kurtz “irracional” e transtornado pelo poder que tinha sobre os nativos não podia destruir uma idealização que legitimava a prática imperial. Depois da decepção Marlow comenta: “não eram minhas forças que precisavam ser revigoradas, era minha imaginação que precisava de cuidados” (CONRAD, 1999, 136). Próximo do final da narrativa, de volta ao Tâmis na companhia de outros viajantes imperiais, compreende que até na morte o Kurtz idealizado continuava sendo um empregado exemplar, ele agora era mais real do que nunca (CONRAD, 1999, 148), havia se tornado o que os outros que queriam que ele fosse.

As trevas na narrativa de viagem composta por Conrad são interpretadas de diversas maneiras, é isso que faz o livro figurar no hall dos clássicos. Ítalo Calvino explica que uma das características das obras entendidas como clássicas é a polissemia, assim, os vários significados que vão surgindo à medida que a obra vai sendo lida em diferentes contextos históricos garante o (re)conhecimento da obra e do autor (1991).

Uma visão crítica da obra começa a surgir logo após a morte de Joseph Conrad em 1924, focada em imagens e cenas particulares e não no romance como um todo (RASKIN, 1967, p. 114). A partir desse momento com base nas críticas ao imperialismo produzidas no pós-Primeira Guerra Mundial, a

interpretação em alusão as trevas recai sobre a Europa imperialista, uma vez que esse mesmo imperialismo é entendido como produtor dos conflitos entre as nações, que acabou criando as condições do maior conflito bélico experienciado até então. Em pé no barco, seguindo a corrente do Tâmis, em suas últimas linhas, o narrador/personagem olha para o céu e relata: “as nuvens dirigiam-se ao coração das trevas” (CONRAD, 1999, 148).

O uso da literatura como fonte para o Ensino de História transformou a dinâmica da sala de aula. A subjetividade explícita na narrativa literária caminha para longe da objetividade almejada pela escrita da história; contudo, essa mesma subjetividade permitiu aos alunos uma compressão mais ampla das práticas imperialistas. A empatia produzida com a leitura do romance também auxiliou na fixação do conteúdo discutido em sala de aula e, por fim, o prazer com a leitura foi mencionado como ponto positivo para um aprendizado significativo.

A busca pela aceleração da escalada civilizacional surgiu como a maior das justificativas para a empresa imperial. Nesse processo, a relação com o tempo passou a ter lugar central nas narrativas sobre as áreas periféricas. Atraso e paralisia eram as definições mais marcantes da narrativa imperial. A violência simbólica da fixação de novas formas de compreender a passagem do tempo, em especial a imposição da noção de progresso, legitimou outras violências e opressões. Ao capitalismo foi oferecida uma roupagem que estampava a ideia do progresso civilizacional. A busca pelo lucro garantiria o desenvolvimento da humanidade; o tempo tornou-se, globalmente, dinheiro.

O Coração das Trevas é, atualmente, sintomático para analisar a descrença na ideia de progresso amparado no desenvolvimento das relações capitalistas no final do século XIX. Ao se desfazer a crença no dever do homem branco europeu em seu modelo civilizatório, a crueldade do imperialismo passa a ser entendida como resultado da simples busca pelo lucro, levado em nível mundial. Um dos resultados do Imperialismo em escala planetária foi a mercantilização de seres vivos e espaços, que passaram a ser compreendidos como recursos, ou seja, capital disponível.

Luis Filipe Ribeiro lembra que além da historicidade do autor e do livro, o as relações do leitor com a obra precisam ser alvo de uma acurada análise. O exame de tal relação incide sobre o confronto entre as dimensões históricas de

outras sociedades e outros tempos “servirá para esclarecer e definir, ainda mais, a minha inserção na trajetória da minha sociedade, em primeiro lugar, e da humanidade como um todo, em última instância” (RIBEIRO, 2000, p. 5). Assim, o contato com a literatura significa um mergulho na trajetória de construção do criticismo do sujeito e sua própria identidade.

Nesse contexto, um novo regime de compreensão da passagem do tempo se torna homogêneo à medida que se caracteriza por uma violenta de apropriação de recursos naturais, produtora de degradações ambientais capazes de colocar em risco a vida humana (HARTOG, 2015, p. 239). A percepção de um tempo que, conforme passava alargava o conhecimento da humanidade sobre si mesma e sobre o planeta, vai sendo solapada por um cronômetro regressivo, que vai caminhando para o seu fim, enquanto os recursos naturais vão sendo consumidos.

O uso d’*O Coração das Trevas* como fonte histórica para o Ensino de História Contemporânea revela que, uma vez que a prática imperialista é despida de seus adornos culturais, emerge uma realidade onde o domínio e a exploração ditam o ritmo de funcionamento da vida. A selvageria emerge do capitalismo, pelas “leis” do mercado e da impessoalidade da exploração são o horror que vai redefinindo o significado das trevas.

Referências

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Trad. Albino Poli Jr. Porto Alegre: LPM pocket, 1998.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

GUIMARÃES, Selva. (Org.) **Ensino de História e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autentica editora, 2015

- HOBBSAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2014.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad.: Eloá Jacobina. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. História Contemporânea: pensando a estranha história sem fim. In: Leandro Karnal. (Org.). **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 163-184.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999.
- RASKIN, Jonah. Imperialism: Conrad's Heart of Darkness. **Journal of Contemporary History**. Vol. 2, No. 2, Literature and Society (Apr., 1967), p. 113-131.
- REZENDE, Cyro. **História Econômica Geral**. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIBEIRO, Luis Filipe. **Geometrias do Imaginário**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2000.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- SCHMIDT, Maria. A.; BARCA, Stefania.; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- VISENTINI, Paulo. F.; PEREIRA, Analucio. D. **História do Mundo Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

Recebido em Setembro de 2017
Aprovado em Dezembro de 2017